

Prática Pedagógica de Inclusão Social em uma Escola Municipal Educação Infantil da região central do RGS: Desafios da Docência

Daianna de Oliveira Feliciano Santin¹
Universidade Federal de Santa Maria

daiafeliciano@hotmail.com

Viviane Ache Cancian²

Universidade Federal de Santa Maria

vica.acancian@gmail.com

Este artigo foi escrito com base em uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, e teve como principal objetivo compreender como uma escola municipal de Educação Infantil de Santa Maria compreende a inclusão social e que práticas pedagógicas de inclusão social são realizadas pelos professores desta EMEI para que as crianças sejam de fato sujeitos históricos e de direitos, como citado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). Para obter os dados, realizaram-se observações junto às crianças, questionários com perguntas abertas entregue aos professores, análise de fatos ocorridos na região onde está esta escola, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Constatou-se que as professoras que participaram da pesquisa conhecem a temática e atribuem grande importância a uma prática que evite a exclusão social na educação infantil, adotando o respeito aos interesses e particularidades das crianças. Com o trabalho conclui-se que a formação ofertada aos professores ainda não os prepara para estes desafios, mas que estas têm buscado coletivamente qualificar-se nos processos de construção, consolidação e vivência das propostas nos espaços em que estão inseridas.

Palavras chave: Escola; Educação Infantil; Práticas Pedagógicas; Inclusão social

INTRODUÇÃO

¹ Aluna da Pós-graduação em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Professora Orientadora da Universidade Federal de Santa Maria.

É hora de dar um pouco mais para quem tem muito a menos. (ANTUNES, Celso.2003, p.24)

A realidade da rede pública de ensino em que atuo há sete anos faz com que os ideais da educação inclusiva estejam presentes em meu fazer pedagógico, pois crianças com vulnerabilidade social estão inseridas nas nossas salas de aula e trazem consigo todo o sofrimento dos maus tratos que sofrem, e é neste momento que o professor se torna mais um dos personagens das histórias das crianças. Ao receber essas crianças somos desafiados a lidar com fatos reais, para os quais jamais estamos preparadas. Ao interagir com colegas professores repetem-se histórias que envolvem negligência, preconceito e violência com alunos oriundos dessa realidade.

Recentemente foi lançada ao público, uma pesquisa realizada pelo sindicato dos professores municipais, que revela que a região norte de Santa Maria é a mais violenta do nosso município, e é lá que ocorre a maioria dos homicídios registrados na delegacia civil, e ainda é onde está situada a maioria dos pontos de tráfico de drogas, resultando inclusive, no pedido feito diante do poder público municipal de que os professores ganhem um benefício pago sobre o risco de vida que correm ao trabalhar nesta região. Tal realidade revela, que as crianças que lá vivem correm riscos, e para ilustrar de maneira impactante esta dura e nociva realidade, relembro o recente caso da menina Júlia Assunção, de seis anos, morta em novembro de 2012, pelo próprio tio, na época, seu vizinho incomodado pela presença da sobrinha em sua casa.

A notícia estampada como capa em todos os jornais da região central do estado. Destaque na matéria publicada pelo Diário de Santa Maria um dia depois da tragédia:

O autor confesso tem 26 anos e é companheiro da tia da vítima. O corpo de Júlia Assunção Moura Machado foi encontrado em uma sanga, no Bairro Carolina, na zona norte de Santa Maria. A causa da morte ainda não foi confirmada. O que mais impressionou a polícia nesse depoimento é que o tio disse que frequentava a casa da família da menina e que já havia pensado em matar a criança outras vezes, mas que só ontem teve coragem de cometer o crime(<http://wp.clierbs.com.br/smultimasnoticias/2012/11/17/menina-de-seis-anos-e-assassinada-em-santa-maria/>).

Diante de tal brutalidade que rotineiramente amedronta e frustra, estão muitos casos de violência contra as crianças. Muitas dessas crianças frequentam a nossa Escola de Educação Infantil do município e apresentam problemas relacionados à violência. São taxadas por alguns dos nossos colegas da rede como agressivas, mal educadas, mimadas etc., sem levar em conta os maus tratos a que são submetidas.

E ainda, sendo a zona norte de Santa Maria uma comunidade pobre, que abraça trabalhadores de atividades informais, muitos na ilegalidade, em que a minoria possui um emprego com carteira assinada e direitos trabalhistas, o que acaba por agravar a situação destas crianças na maioria dos casos. Muitos são catadores de lixo, por exemplo, que são moradores de uma das invasões da região, que não possuem saneamento básico em suas moradias, e por falta de acesso a higiene adequada e roupas limpas, exalam um odor fétido e são ignorados pelos colegas na escola e, e inclusive pelos professores.

Por observar que a EMEI pesquisada, representada por seus educadores, por vezes manifestam pré-conceitos diante de famílias não convencionais, rotulando-os ou desistindo de promover uma real igualdade de oportunidades, no que se refere à cultura e possibilidades de diferentes vivências qualitativas na infância é que resolvi pesquisá-la.

Assim, destaco meu problema de pesquisa: Que práticas pedagógicas de inclusão social são realizadas pelos professores de uma EMEI de Santa Maria, situada na região de norte deste município, para que as crianças sejam de fato sujeitos históricos e de direitos?

Para responder esse problema objetivou-se analisar que práticas pedagógicas de inclusão social são realizadas pelos professores de uma EMEI para que as crianças sejam de fato sujeitos históricos e de direitos; realizar uma revisão bibliográfica sobre o referido tema para assim apontar questões relevantes sobre inclusão social; verificar por meio de perguntas abertas o que estes pensam sobre o processo de inclusão social; buscar o olhar dos docentes que lá atuam sobre o tema e mostrar a importância de um olhar atento às crianças da Educação Infantil.

A efetivação da pesquisa se deu através de um cunho qualitativo, destacando que:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA, p. 157; 2005).

O processo e seu significado na pesquisa aconteceram no contexto de uma escola municipal de Educação Infantil, situada no bairro Salgado Filho, em Santa Maria, que atende atualmente a 100 crianças, de 2 a 5 anos, oriundas das vilas que formam o bairro. As turmas de creche tem atendimento em turno integral e o atendimento as pré-escolas divide-se em dois turnos, manhã e tarde, atendendo a uma clientela bastante variada, que possui funcionários do comércio, profissionais autônomos, trabalhadores da construção civil, catadores e desempregados, manifestando assim a baixa renda da comunidade escolar, em sua base são trabalhadores informais usufruindo de programas sociais oferecidos pelo governo federal como: Bolsa Família.

As crianças que frequentam a escola, em grande parte, vivenciam situações de vulnerabilidade social, filhos de pais em privação de liberdade, ou que praticam atos ilícitos na região onde esta situada a escola, ou ainda as que vivem em um contexto de extrema pobreza, sendo estas as crianças para as quais direcionamos o olhar nessa pesquisa.

Justificando esta perspectiva, GODOY diz que:

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada, levando o pesquisador a campo, afim de captar as

impressões do fenômeno estudado a partir das pessoas envolvidas nele (GODOY, 2005, p,40).

O local de origem dos dados é a Zona Norte de Santa Maria, em uma escola de educação infantil, onde atuei como educadora e vivenciei todas as passagens citadas neste trabalho. Como sou parte dessa realidade por já ter feito parte do quadro de professores, por conhecer bastante a região, a escola e seus educadores, optei pelo uso de questionários como ferramenta de pesquisa, que propiciaram liberdade aos professores para explicitar suas opiniões sobre o tema, respondidas de maneira anônima devido a proximidade entre os envolvidos.

Sobre questionários, GODOY (2005), diz que:

é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento. (p.33)

Utilizar na pesquisa o instrumento questionário e não entrevista se deu pelo fato dos sujeitos da pesquisa, os professores, assim como a pesquisadora, possuírem quarenta horas de efetivo trabalho frente às crianças, o que dificulta um trabalho que demande que os professores se ausentem da sala. Essa é uma das dificuldades na Educação Infantil, pois o regime de trabalho, através do Plano de Carreira do município ainda não prevê uma valorização do magistério com horas de planejamento, apesar da legislação garantir....

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – O QUE NOS FALAM SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil são um documento que se articula às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para nortear as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

A Educação Infantil no Brasil registrou muitos avanços nos últimos vinte anos, a constituição federal de 1988 e a Lei de Diretrizes bases de Educação Nacional de 1996, a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, antecedendo o ensino médio, essa ampliação do direito à educação de todas as crianças pequenas, desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira.

Porém, para que esses avanços se efetivem é preciso que os currículos da educação infantil promovam todos os aspectos envolvidos nessa jornada, em que as

crianças entram cada vez mais cedo e que passam grande tempo de sua vida e de sua infância em escolas, desde a educação infantil.

Compreender a complexidade do que acontece na vida das crianças, que, como se defende nesta pesquisa, são sujeitos de direitos, implica em compreender que elas são diferentes umas das outras e por isso mesmo, possuem histórias diferentes umas das outras. Histórias essas, que revelam diferenças de classe, de raça e etnia, de gênero, de valores, de religião, de local onde vivem, de grupo sócio- culturais aos quais pertencem, e por isso tem uma singularidade e forma única de reagir ao que marca cada uma delas.

Sobre isso as DCNEI (2009) falam que o currículo é:

Um conjunto de práticas, que buscam articular as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (p.12).

Em seu Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destaca que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Nos textos estudados na disciplina “Currículo, proposta pedagógica, planejamento e organização e gestão do espaço, do tempo e das rotinas em creches e pré-escolas” na Pós em Docência na Educação Infantil/UFSM, Zilma Oliveira (2007) afirma que as escolas devem reconhecer a constituição plural das crianças brasileiras no que se refere à identidade cultural e regional e à filiação socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. Nesse sentido as vivências nas creches e pré-escolas podem ampliar as possibilidades das crianças de viverem a infância e aprender a conviver, a brincar, resolver problemas, expressar-se, por meio de sua cultura e da cultura dos outros, conceitos que fazem parte do processo de aprendizagem. Essas são práticas inclusivas.

No currículo, proposta pedagógica, práticas e rotinas da EMEI pesquisada observamos que os princípios éticos das DCNEI são respeitadas no momento em que a maioria das escolas pertencentes à Rede Municipal de Santa Maria fazem entrevistas com as famílias, numa perspectiva de conhecer melhor o núcleo familiar dos alunos lá atendidos. Nessa pesquisa sócio antropológica cada professora compreende melhor a realidade através das vozes das famílias, podendo a partir disto pensar seus projetos, planejamentos e sua atuação docente.

Pesquisas de diferentes áreas revelam que a educação infantil traz benefícios para a criança: benefícios pessoais – pela garantia dos DIREITOS DA CRIANÇA, pela possibilidade de ampliação das suas relações com o mundo físico, natural e social, pela troca de conhecimentos, pela socialização e pelo atendimento às suas necessidades, no seu aqui e agora, etc. (CORSINO apud CHOI; 2009, p 25).

Também no trabalho com as crianças é possível, por meio de projetos educativos alavancar a importância dos princípios éticos descritos nas DCNEIS, uma vez que a vivência das atividades relacionadas a estes procuram estimular as singularidades e ser mais um elemento a constituir a identidade cultural da comunidade escolar da qual a criança faz parte.

OLIVEIRA (2007), afirma que a Educação infantil deve atender a todas as pessoas, em seus mais diversos contextos culturais vislumbrando uma educação e cuidado de qualidade para as crianças e seus familiares.

Quanto aos aspectos políticos do Artigo 6º, a EMEI pesquisada, em sua proposta pedagógica afirma que a criança é um sujeito de direitos e deve ser respeitada nesta fase de sua vida. A concepção de criança pequena que se tem hoje é que ela é um ser histórico e social, ativo, receptivo, cognitivo, afetivo e emocional, inserido em uma cultura e em uma sociedade. Portanto entende-se que o planejamento das professoras desta EMEI, busca que cada criança se aproprie do mundo a partir dela própria, mediando relações com seus pares, professores e familiares. Também estabelecendo conexões com o mundo e exercitando desde já a cidadania, o cuidado com o meio ambiente, o convívio harmonioso com as pessoas e a fruição da arte, como expressão do ser humano.

Referente aos princípios estéticos das DCNEIS destaca-se o trabalho por meio de projetos que a escola realiza junto com as crianças e que desenvolve a sensibilidade e a criatividade usando uma metodologia lúdica. As crianças assim reconhecem a escola como um espaço seu e naturalmente sentem-se incluídas ao grupo escolar. RINALDI (2006) destaca algumas das questões importantes que devemos nos fazer como professores:

Como podemos ajudar as crianças a encontrar sentido naquilo que fazem e vivenciam? Como podemos responder à sua busca pelo sentido das coisas, pelo sentido da própria vida? Como podemos dar respostas às suas constantes perguntas, aos seus “por quês” e “comos”, à sua procura por aquilo que gostamos de pensar que é não apenas o sentido das coisas, mas o sentido da própria vida, uma procura que começa no nascimento, no primeiro “por quê” silencioso da criança, e

vai até aquilo que, para nós, é o sentido da vida? Essas são questões centrais (p.203).

BARBOSA (2006, p. 67) afirma “*que a função específica da escola é motivar e beneficiar as experiências que permitam às crianças pequenas a prática de suas culturas e das coisas de sua sociedade*”. A autora fala de forma poética que: as propostas precisam compartilhar sentidos que signifiquem o estar junto no mundo. É preciso fazer uma resistência frente a uma educação infantil elementar e excludente, deve-se então facilitar e investir na proposição de outro modo de pensar e organizar o cotidiano da escola para as crianças pequenas, que ofereça uma infância rica de vivências culturais, científica e formadora de saberes, uma infância que respeita toda criança, reafirma Barbosa. A Escola de Educação Infantil deve contar com a presença e a participação da criança pequena.

A criança é o centro do planejamento curricular, é sujeito que produz e reproduz cultura, assim traz o Artigo 4º. Com esse olhar atenta-se cada vez mais nas possibilidades de se implementar processos de registro, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico numa perspectiva de acolhimento, de inclusão.

Professores de Educação Infantil necessitam estar bem preparados para exercer sua docência e todos os desafios que ela oferece. Não podemos perder de vista que todas as crianças precisam viver situações de aprendizagem em que haja possibilidade de vivências interativas, significativas e enriquecedoras como cita o Artigo 9º. Esta é uma educação que faz da criança pequena protagonista de sua história e um sujeito de direitos.

Assim, CORSINO (2009), diz:

Falar de crianças e adultos remete-nos a pensar a pluralidade, ou seja, lidar com as diferenças e percebê-las como marcas na nossa condição humana. Nesse sentido as diferenças marcam a heterogeneidade dos modos de vida; a pluralidade nas expressões, nas relações sociais; a multiplicidade de culturas. O encontro de diversas formas de ver possibilita um diálogo constante, enriquecendo o espaço pedagógico. Dentro dessa perspectiva, é importante nos perguntarmos como entendemos a criança e as culturas infantis e como nos relacionamos com essas culturas (p.41).

Procurar no dia a dia das escolas e suas atribuições, saídas viáveis para que nossos alunos tenham acesso, num breve espaço de tempo, a uma educação promotora das capacidades infantis é uma das nossas funções como professores e gestores. O professor de crianças pequenas deve ser um propositor e executor da política de

Educação Infantil. Não podemos nos omitir frente às situações que estamos vivenciando hoje, frente às situações de negligência e maus tratos em crianças pequenas, a superlotação nas salas, pequena oferta de vagas, poucos recursos humanos, pouco espaço para reuniões pedagógicas e para o planejamento, pouco comprometimento com uma educação mais lúdica e afetuosa para com as crianças, bem como o desconhecimento de colegas frente a documentos como as DCNEI.

É bom sempre recordar o que fala o Artigo 5º: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais. A Educação Infantil é dever do Estado, é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e as crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil, (item já reformulado pela atual proposta de legislação). As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças. É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. Quer-se estar e fazer parte de escolas que oportunizem um tempo de viver a infância de forma digna, feliz e cidadã para que o reconhecimento do direito da criança à educação torne-se uma realidade. E é o que temos feito.

Se somos personagens nas histórias de vida das crianças, que sejamos bons personagens, assumindo o papel de quem se coloca como protagonista de um enredo feliz. Tal postura do professor demanda escutar as crianças.

Uma “pedagogia da escuta” – escuta do pensamento – exemplifica para nós uma ética de um encontro edificado sobre a receptividade e a hospitalidade ao Outro – uma abertura para a diferença do Outro, para a vinda do Outro. Ela envolve uma relação ética de abertura ao Outro, tentando escutar o Outro em sua própria posição e experiência, sem tratar o Outro como igual. As implicações para a educação nesse sentido são revolucionárias (RINALDI, 2006, p.43).

Uma vez que para escutar o outro e desenvolver um trabalho com ética na educação infantil, requer um educador que pensa no outro, de forma respeitosa e séria, significa esforçar-se para extrair sentido daquilo que é dito e vivido, sem noções pré concebidas sobre o que é certo e apropriado. RINALDI, (2006), diz que: a *Pedagogia da escuta* traz os saberes como algo a serem construídos em perspectiva e provisório, e não a transmissão de um corpo de conhecimentos que transforma o outro num igual.

Como citam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) toda criança é um sujeito histórico, possuidor de direitos, que em suas interações, relações e práticas cotidianas, deve construir sua identidade pessoal e coletiva. Nesse sentido todo professor de educação infantil precisa levar em consideração o fato de que toda criança, sendo ela vítima ou não de circunstâncias

inadequadas, ela brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a sua natureza e sua sociedade, produzindo nesta cultura. Afirmado isso, professores da educação infantil devem ter um olhar atento e distinto para as histórias de vida que suas crianças lhes contam.

INCLUSÃO NA EMEI: O VIVIDO

*Quero fazer uma guerra de paz
Para acabar com tanta dor
Só que em vez de mortos
Terá só amor
As balas de revólveres
Seriam trocadas por solidariedade
Onde um ajudaria o outro
Com amor e bondade*

(Trecho do poema “Guerra de paz”, escrito pelo universitário, ex-catador de papel Klayton Rodrigues de Souza, aos 14 anos de idade).

Igualdade de direitos, desenvolvimento de habilidades físicas, mentais e sociais, acesso a moradia e assistência médica, proteção contra o abandono e exploração no trabalho, compreensão por parte de pais e professores, são direitos adquiridos por toda a criança e adolescente garantidos pelo ECA (Estatuto da criança e do adolescente, 1990) e, além disso, são direitos que atuam como agentes formadores de uma escola que possui crença no potencial humano e que deseja alcançar um sistema que não é seletivo, não é competitivo, não é excludente.

Para que a criança absorva e compreenda a sociedade a que pertence e suas variadas manifestações culturais, faz-se necessário que o professor respeite o ritmo da criança, compreenda o contexto de onde ela vem e trace um plano de ação e de aprendizagens para estas crianças, que parta sempre de suas vivências, de seu contexto familiar, para que ela possa ressignificá-lo se necessário.

Sobre isto BUJES(2010) diz,

(...) a creche não é um instrumento de controle de família, para dar alguns exemplos, no meu entendimento, estes cuidados se organizam para que homens e mulheres que também são pais e mães possam exercer de forma mais ampla seu papel como tal, mas também como cidadãos e trabalhadores, vendo estes cuidados como fatores indissociáveis de um projeto educativo para a criança pequena (p.16).

A diferença é marca indelével de cada um e a simples tolerância sem envolvimento não faz parte de um plano de boa formação educacional, que sofre os reflexos da violência, que atinge a toda sociedade dentro das escolas. Sendo assim, acredito na formação baseada de fato na cidadania, na essência de sua palavra, que é a garantia de viver dignamente, sendo capaz de concluir e expressar suas próprias ideias, sem sofrer constrangimentos, negligência ou discriminação por qualquer motivo,

fazendo parte assim, de uma escola que educa para a diferença desde a educação infantil, e, trazendo para a sociedade adultos seguros, autônomos e criativos.

Para RINALDI (2006):

As crianças não são apenas nosso futuro, nas quais investimos oprimindo seus sonhos, sua liberdade de ser alguma coisa diferente daquilo que desejamos para elas. Elas são o nosso presente. A criança não é uma cidadã do futuro, ela se torna cidadã desde o primeiro instante de vida, e ainda a mais importante de todas, porque representa e traz o “possível”, uma declaração, que, para mim, não tem nenhuma retórica. A criança é portadora, aqui e agora, de direitos, de valores, de cultura: a cultura da infância. Ela não é apenas nosso conhecimento sobre infância, mas o conhecimento da infância sobre como ser e viver. É nossa responsabilidade histórica afirmar isso e também criar contextos sociais, políticos e educacionais capazes de receber as crianças e dialogar com o seu potencial de construção dos direitos humanos (p. 305).

Para atender a este desejo de atender esta criança real, que produz e vive o agora, é necessário reinventar meios para transformar a escola em que atuo, meu bairro e quicá o nosso município, articulando centros de estudo e desenvolvimento de excelência, de fato construtivos, que conte com professores que partem de bases sólidas de conhecimento, repensando este atual sistema pouco operacional de ensino, assumindo assim o papel decisivo que o professor tem como agente transformador na promoção de uma educação pública de qualidade, pois, “*se a escola sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda*” (2000;p.67), já dizia Paulo Freire em seu sempre atual *Pedagogia da Indignação*.

Penso que são algumas situações vividas que fazem com que o educador mostre seu inestimável valor e abrace a inclusão social como ferramenta de luta para uma educação emancipatória que favorece o crescimento e a aceitação de necessidades particulares de cada um. Conto aqui brevemente, para ilustrar o que digo, o ocorrido com “Fernanda”, uma criança que passou por mim na turma integral de crianças com quatro anos, ela que vivia um momento pessoal bastante delicado, sua mãe estava em fase terminal de câncer, e ela, agarrou-se a chupeta e a um pano que tinha com o cheiro de sua mãe, para assim matar a saudade que sentia durante o tempo que a mãe permanecia internada, portanto, ela nunca largava nem a chupeta, nem o pano durante o período que estava em sala.

Em outro contexto, pediria e incentivaria que ela guardasse os dois para participar das aulas, mas não o fazia porque percebia que para ela, o pano com o cheiro da mãe era a lembrança que sobrava, era a saudade que ela tinha, era a maneira de ela externar o sofrimento, a dor, o medo que estava sentindo, e ambos, o pano e o cheiro eram a sua segurança, era o seu objeto transicional, pena que isto não se repetiu no turno inverso.

A sua outra professora, que por desconhecer ou simplesmente ignorar o drama familiar pelo qual a menina passava, a obrigava a abandonar o porto seguro e tornava

“Fernanda” uma menina bastante agressiva e arredia em suas aulas, tornando o sofrimento dela ainda maior. Esta atitude causava dificuldades à professora, pois ela não conquistava a confiança de Fernanda, tampouco, progressos em sua prática dentro da sala.

Com este relato, demonstro o quão importante é conhecer e considerar o histórico familiar de cada criança e assim, atender as necessidades educacionais que ela demanda naquele momento de sua vida, tornando a escola um ambiente acolhedor, de amor e compreensão, um território seguro.

Assim, o aprendizado se torna um valor graças a sua força na criação de uma síntese do indivíduo e seu contexto, num relacionamento afetivo entre aqueles que aprendem e aquilo que está sendo ensinado, um relacionamento preenchido com emoção, curiosidade e humor. Para cada um de nós, o ato cognitivo se torna ato criativo, que envolve aceitação da responsabilidade, assim como da autonomia, um ato de liberdade. O conhecimento – ou melhor – o entendimento subjetivo – se transforma numa responsabilidade individual e precisa de um senso de otimismo e futuro de modo a se realizar em toda sua plenitude.

(RINALDI, 2006,p.255)

Sendo assim, o ocorrido com “Fernanda” é um exemplo do quanto à escola necessita ultrapassar seu papel educativo trabalhando o social, atendendo as necessidades das crianças, possuindo um planejamento flexível, capaz de ser sensível o suficiente para perceber o que aquele sujeito busca dentro da escola, que certamente nunca é exclusivamente desenvolvimento cognitivo, especialmente quando falamos de crianças pequenas. É através da inclusão social que asseguramos que toda criança é singular, única, justamente por este motivo, devem receber o que de melhor houver.

A educação inclusiva, portanto, diz respeito a um currículo que atenda as necessidades do momento, do agora, e trata-se de enfrentar barreiras que as crianças possam sofrer para lá estarem, independente de sua natureza, seja ela, social, econômica ou emocional. Assim sendo, cabe ao educador identificá-las, entendê-las e incansavelmente, combatê-las como questiona SKLIAR: “Há disponível somente um olhar para percorrer o mundo? Se assim fosse, onde encontraríamos o brilhantismo em educar? Onde estão os tão falados desafios? Se eles não existissem, bastaríamos nos repetirmos e, bem sabemos, que muitos ainda o fazem” (2001, p.16).

Partindo desta concepção de trabalho, abracei uma comunidade em especial, a região norte, onde atuo já há sete anos atendendo crianças moradoras das vilas Carolina, Kennedy, Oliveira, e as invasões do lixão da vila Caturrita e vila Vitória, e foi em uma EMEI em especial, que encontrei os personagens da minha história, as crianças, que em grande número viviam em situação denominada minimamente de “risco”. Os pais realizavam a matrícula das crianças ou por orientação do conselho tutelar desta região, ou porque algum dos pais estavam privados de sua liberdade, quando não os dois, ou pelas refeições que escola oferece.

Inicialmente, sem entender direito esta realidade, optei primeiramente por ações simplórias, como dar banho nas crianças moradoras do lixão, vestir do frio intenso as

crianças que vinham gripadas por passar a noite junto às bocas de fumo com seus pais, ou na rua mesmo, já que em grande parte são filhos de adolescentes, que desconhecem pequenas noções de responsabilidade. Levei ao posto de saúde quando estavam com febre e assim, unia o cuidado à educação, e ainda o faço, pois acredito que com frio, fome, ou o desconforto da sujeira fica bem mais difícil à criança se ater ao que planejo para as minhas aulas, e envolver-se com o grupo, fazendo assim as trocas significativas que a escola tem por objetivo promover, mas com o passar dos anos, vi que era pouco, e que não minimizava o problema, talvez até o ampliasse, aí então, resolvi estender as ações as famílias destas crianças.

Resolvi fazer reuniões de pais mais frequentes, ofertando uma espécie de grupo de apoio, onde eu cuidadosamente criei um ambiente em que as mães confiassem em mim, e assim criamos uma roda de conversa e apoio, buscando soluções juntas, umas para as outras, mas durou pouco, como são muito jovens em sua maioria, tendem ao imediatismo, que quando não acontece, as desestimula facilmente.

Parti assim, para o “dia da beleza”, onde com o apoio de alguns profissionais solidários como cabeleireiros e manicures, promovíamos uma mostra pedagógica, junto com embelezamento das mães, mas isto só as atraía por um dia, e pouco nos ouviam, então também foi pouco.

Reconhecendo a quase ineficiência de nossas ações, com o apoio da equipe escolar e de todos estes profissionais solidários, resolvemos juntar todas as ofertas, promovendo dois encontros ao ano, junto com uma mostra pedagógica, a entrega de pareceres e o embelezamento, mas logo percebemos que era muita informação para um único dia de trabalho, e ainda, devido ao pequeno espaço físico que a escola oferecia, tínhamos que escolher a quem atender, ou as crianças ou aos pais, então também não era esta a maneira para promover estes encontros, e assim através da tentativa e erro, ao longo do tempo, fomos adaptando as opções e hoje, mantém-se o desejo de ofertar trimestralmente oficinas, ora de construção de bijuterias, ora de maquiagem e manicure, e ora de profissionais da saúde ou de professores cursos profissionalizantes para dar aos pais uma nova perspectiva financeira e de planejamento familiar. Por que o investimento na família? Sem ela a criança não estaria matriculada, e sem que os seus responsáveis conheçam o nosso trabalho e a importância de sua colaboração neste processo, será bem mais difícil investir na educação destas crianças.

Buscando, portanto, estender o meu trabalho por toda a vida desta criança, até quando esta não for mais criança, mas que a semente plantada hoje, em seus pais, frutifique, permitindo que a criança de hoje, adulto e pai de amanhã, ofereça outras possibilidades aos seus futuros filhos, com uma vida mais tranquila e segura. Percebo minha função de planejar o presente, mas também projetar o futuro, para a criança e sua comunidade, e embora a luta seja dura, ela ainda é digna e passível de vitória.

Busquei colocar em prática o meu plano de ação, que era dar continuidade ao projeto “Oficinas das Mamães”, que já é efetuado na escola pesquisada, trazendo aulas principalmente de artesanato, e contando com o apoio de outros profissionais voluntários para mini-cursos de maquiagem, manicure e auxiliares de cabeleireiro. Trazendo os pais para dentro da escola, e assim criando além de laços íntimos com os professores, dando oportunidade de gerarem outra renda familiar, o que, pelo menos em

tese, minimizaria alguns dos problemas encontrados dentro da sala, pelo menos os que são fruto da miséria. Este projeto foi idealizado por mim e conta com o apoio das colegas desta EMEI para que tenha continuidade, e é realizado semestralmente nesta escola desde 2011.

O próximo passo do projeto é manter um circuito de palestras sobre variados temas, elencados com a participação da comunidade, com a função para além de informar, trazer os pais para o convívio da escola, para que se reconheçam também, como parte fundamental desta tríade família-criança-escola.

E ainda criar e manter contato com instituições que possuam projetos sociais sejam elas ONGs ou não, para assim informar pais sobre estes projetos, que podem atender as crianças frequentadoras da educação infantil, ou ainda estender o projeto aos familiares próximos que estejam em outros níveis de ensino, principalmente aqueles que persistem em situação de vulnerabilidade social, para que participem de algum projeto de seu interesse no turno inverso ao da escola, buscando evitar assim, a evasão escolar e o encontro com a marginalidade, tão recorrente nesta comunidade.

A luta iniciada por mim, e que ganhou apoio dos professores desta escola, mostra o quanto se mudaram os conceitos dos professores desta instituição, que lá no ano de 2005, quando iniciei a passos pequenos, o grupo de apoio às mães, relatado já neste trabalho, que foi primeiramente desacreditado pela gestão da escola na época, e por algumas colegas que ainda trabalham lá, que supunham não ser problema delas o que ocorria fora dos muros da escola, perceberam que a criança reflete sua família, e se esta sofre problemas, inevitavelmente a criança sofrerá.

O que vivi nesta instituição é uma história de amor. De amor à educação e de amor ao próximo, onde juntos escola – família – comunidade, buscamos ferramentas para melhor educar crianças, promovendo um currículo que articula uma educação pública, gratuita, e de qualidade que estende seus braços a todos os envolvidos neste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a pesquisa, buscou-se inicialmente, saber o que as professoras entendem por inclusão social e se eles identificam dentro de seus grupos crianças que necessitam ser incluídos socialmente. A resposta do grupo de professores da escola pesquisada deixa claro que eles reconhecem a relevância do tema e estão atentos as necessidades de suas crianças, observando desde os motivos que levaram as crianças até a escola, como seu comportamento diante da turma para reconhecê-los, como ilustra a fala da professora:

Seria a inclusão das crianças que vivem em alto risco, vulnerabilidade social, oferecendo aos mais necessitados - as minorias - oportunidades de acesso à educação de qualidade. Considero que sim. Há alunos que chegam para nossa sala com ordem judicial, conselho tutelar. E também há aqueles que sabemos da história de vida, que são filhos de traficantes, mães que se prostituem, sofrem violência doméstica, enfim... (Professora A).

Ou como melhor revela a fala desta professora, que em sua subjetividade vai além da pergunta, revelando reflexões sobre a sua história e os traumas que esta realidade pode causar.

...Portanto, inclusão social para mim, foi o que me livrou e também os meus irmãos de virarmos todos bandidos, já que nasci e cresci neste bairro. Lembro-me bem da minha professora do Jardim da Infância, como chamávamos naquela época, que sempre dizia que só quem estuda é alguém na vida, quando criança não entendia o que queria dizer, já que acho que me via como alguém, mas depois de adulta percebo que o alguém ao qual ela se referia era o sujeito que a sociedade vê, que nós, pretos, pobres e mal educados, não conseguiríamos ser vistos por ninguém como ela nos via (professora C).

Enquanto observadora e também participante do grupo pesquisado, pude perceber durante todo o período de atuação junto ao grupo, a forte preocupação em reconhecer violências, equiparar desigualdades e fortalecer vínculos afetivos com as crianças desta instituição, realizando-se inclusive ações que mesmo não aparecendo no planejamento do professor são de suma importância para o desenvolvimento das crianças, como banhar alunos, orientar os pais sobre o cuidado com medicações e visitas ao médico, e até em recolher doações com familiares para os alunos, que durante o rigor do inverno, não frequentam as aulas por falta de roupas que lhe aqueçam.

O que se conclui diante destas ações é que nem tudo que assiste a criança pode/deve ser considerado como prática assistencialista, mas sim, como uma prática facilitadora de acesso a escola. E ainda, que incentiva a transmissão de valores essenciais à vida em sociedade, como solidariedade, afeto, o valor da diferença, que oportunizam a criança uma proposta pedagógica que valoriza a diversidade, como citam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, onde deve ser assegurada:

A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo encaminhamentos de violações para instâncias competentes (DCNEI, 2009, p.21).

Percebe-se que os professores pesquisados, quando se deparam com uma criança fragilizada, direcionam seu planejamento, para garantir que nele caibam ações que façam das crianças de seu grupo *leitoras de seu mundo, construindo um sentido a cada vivência*, entendendo o conceito de leitor inspirado por Paulo Freire (1989), onde a cada aprendizagem, estão de fato construindo o conhecimento para a formação da cidadania, já que a criança vê o que lhe cerca, faz as suas análises e transforma seu cenário se julgar necessário. A ação saiu do discurso e atingiu seus sujeitos.

A criança que vê o professor trazendo roupas para doar, irá incorporar o conceito de que o que não serve mais para ele, poderá servir a outro, querendo doar também, e assim, talvez, poderá participar de uma rede de solidariedade, como o ditado popular ressalta, *as palavras esclarecem, mas o exemplo arrebatava*, elucidado aqui na fala da professora:

Acredito que inclusão social é quando o profissional da educação se envolve com o local em que está trabalhando, conhecendo a realidade de seus alunos e agindo sobre ela, refletindo sobre meu trabalho constantemente, na busca de ações que se estendam não só ao aluno, mas a sua família, que também está envolvida neste processo (professora D).

Outro tópico levantado no questionário lançado as professoras desta escola foi a relevância de um planejamento que favoreça a construção de uma autoestima elevada. Esclarecendo o que entende-se por autoestima, a psicopedagoga Adriana Tavares elucida:

Autoestima é o sentimento de importância e valor que uma pessoa tem em relação a ela própria. Quem a possui em alto grau confia em suas percepções e em seus julgamentos, acredita que suas iniciativas darão e se relaciona com os outros com facilidade. Uma criança com baixa autoestima sofre por se considerar inadequado e desprestigiado, também tende a ver-se como desamparado e inferior, além de não confiar na sua capacidade de solucionar situações de conflito (2008, p. 5).

Entende-se que o indivíduo cresce e aprende através das trocas que faz com o meio em que interage, porém, só há interação quando o indivíduo se sente seguro, confiante e confortável para externar suas ideias, sentimentos e angústias, assim sendo, torna-se indispensável o afeto nas relações entre educador e educando, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de maneira mais intensa e facilite os processos de desenvolvimento cognitivo e intelectual, conjecturando que o desenvolvimento das relações interpessoais é indispensável à vida cotidiana.

Foi destacado pelas professoras, que em seu planejamento, são levados em consideração à autoestima e o cuidado, como item relevante em suas ações metodológicas, pensando na organização das atividades de maneira a não expor a criança a nenhum constrangimento, seja por motivos cognitivos ou sociais, quando por exemplo, o professor conhece o grupo, ele prevê reações de cada indivíduo, tendo isso ponderado na hora em que planeja as ações para a turma.

Este professor atua respeitando a criança e suas particularidades, como a que não compreende algo que lhe é pedido, ou quando a timidez a impede de falar diante do grupo, e estes cuidados vão se estendendo a outras ações cotidianas e frequentes em instituições públicas de ensino, como o pedido de colaboração financeira para eventos que a escola promova, os famosos chás, risotos, festas juninas, onde o professor busca conhecer a real condição econômica da família da criança antes de fazer-lhe qualquer pedido, por exemplo.

A professora B deixa claro em sua fala sobre a importância que dá a autoestima e ao cuidado em seu planejamento:

Sim a autoestima faz parte e tem grande relevância no meu planejamento. Acredito que para desenvolver um trabalho de

qualidade devo entender que a criança é o centro do processo educativo e centro do planejamento (professora B).

Reforçada pela fala de uma segunda professora, quando diz:

Em meu planejamento contemplo ações que buscam dar responsabilidades para a criança, oportunidade para que ela reflita sobre as suas atitudes e tome decisões, elogio sempre que a criança amplia a sua independência ou manifesta uma atitude positiva com os coleguinhas. Acredito que estas ações favorecem a autoestima (professora D).

Quando o professor em seu planejamento contempla ações que estimulam a escuta das crianças e de suas famílias respeitando suas formas de organização e de convívio entre si, ele favorece a *indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança*, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (2009).

Ao educador infantil, fica claro que o pedagógico vai além das atividades dirigidas e planejadas com o intuito de acrescer o intelecto da criança, alias este só ocorre depois de ter-se conquistado a confiança, o carinho e o respeito das crianças, que se dá durante as trocas de fralda ou roupa, a realização da higiene, a alimentação e até diante da cobrança, pois quando o professor responde as atitudes negativas, ele mostra o quanto presta atenção nas atitudes desta criança e o quanto se importa com elas. A criança precisa aprender as regras, as normas de convivência, para interagir de maneira saudável com os colegas, e isto, também é afeto e aprendizagem.

Assim, Molon e Santos (2008) acreditam que:

...o professor ao estabelecer um clima de confiança e uma atitude de respeito com o aluno passa a ser um grande mediador das aprendizagens destes. Uma das fontes motivacionais do ensino e da aprendizagem está no vínculo estabelecido entre educador e educando. A afetividade é um fator que precisa ser fortalecido nas relações educacionais dentro e fora da escola. (p.27)

O grupo ainda foi indagado sobre que desafios eles consideram ter em sua rotina de trabalho, e é impactante a concordância entre os pesquisados de que o maior desafio enfrentado é a pouca importância dada pelos governantes municipais à legislação que rege os parâmetros de qualidade na educação, principalmente no que tange ao número de alunos para cada professor, e ainda a cultura de não cumprimento as horas destinadas legalmente ao planejamento das aulas pelos professores.

Na EMEI pesquisada não há nenhuma turma com menos de 20 crianças, em salas de pequena metragem, o que revela uma dificuldade extrema em acomodar as crianças em todo o período em que ficam na escola. As refeições são realizadas dividindo as turmas em dois horários, o que amplia significativamente o horário destinado às refeições, e mesmo dividindo as turmas o espaço é apertado para que todos sentem e façam as suas refeições, e a divisão ainda amplia o horário destinado a esta tarefa, já que o professor da turma que vai mais tarde ao refeitório tem que manter um

planejamento bastante flexível, e inclusive, atrasar seu horário de saída da escola para que possa participar da educação alimentar das crianças, e partilhar trocas de afetividade na hora da partilha do alimento, para se adequar ao tempo que a turma que vai mais cedo alimentar-se leva para fazer as refeições, que sempre é impreciso. Em relação ao processo de educação alimentar, salienta Madalena Freire:

A vida de um grupo tem vários sabores... No processo de construção de um grupo o educador conta com vários instrumentos... A comida é um deles. É comendo junto que os afetos são simbolizados, espremedor, representador, socializador. A comida é uma atividade altamente socializadora num grupo, porque permite a vivência de um ritual de ofertas. Exercício de generosidade. Espaço onde cada um recebe e oferece ao outro o seu gosto, seu cheiro, sua textura, seu sabor (FREIRE, 1992; p.65-66).

A partilha, as trocas de afetividade, a constituição do grupo como proposto por Madalena fica bastante prejudicado, pois a realidade em termos estruturais interfere direto no trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula. Durante as atividades dentro de sala, para que todos tenham espaço frente à mesa, às crianças continuam apertadas principalmente em períodos de clima mais ameno, onde a assiduidade acontece de maneira mais constante, tornando a sala além de apertada, quente, e considerando-se que com todos sentados a sala é pequena, já nas atividades de movimento fica impossível de estas serem realizadas dentro da sala de aula, impossibilitando assim que tais atividades sejam efetivadas em dias de chuva ou nos dias que a sucedem, pois o pátio da escola é bastante úmido e demora a secar, exigindo ainda mais criatividade do professor em seu planejamento.

Tais preocupações ficam claras na fala da professora:

Quando se trabalha em uma EMEI na periferia, enfrentam-se dois principais desafios: 1º convencer a sociedade de que as escolas públicas de periferia merecem o mesmo respeito que as outras, isto é, fazendo se valer as leis federais e municipais, principalmente no que diz respeito a relação número de criança por professor e número de criança por espaço. Para se desenvolver um trabalho que dê conta de pensar as especificidades de cada criança, suas particularidades, é preciso respeito e condições de trabalho para o professor. 2º Mostrar para a comunidade/pais que o trabalho das EMEIS vai além de alimentação e cuidado. Nos formamos, estudamos e compreendemos o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Compreendemos a indissociabilidade do Cuidar e do Educar. *Lutamos por uma educação de qualidade para todos!* (professora A).

Direcionando o olhar ao segundo aspecto levantado pela colega, vislumbra-se a cultura da comunidade em buscar a escola para suprir outras necessidades que não as educacionais como já foi levantado em outros parágrafos do trabalho. Sendo esta uma comunidade pobre e que na sua infância não recebeu estímulos familiares para buscar

na educação uma alternativa, portanto, leva seus filhos a escola pensando no cuidado simplesmente, não considerando o trabalho do professor indispensável ao desenvolvimento cognitivo de seus filhos, e mesmo que lisonjeiro seja, ver nos profissionais confiança para entregar-lhes diariamente, nove horas por dia seus filhos, quando os pais declaram que não observam as práticas educativas do professor, isto o abate e inferioriza seu trabalho.

É necessário salientar o tempo investido pelo professor na preparação de suas aulas, o que mostra a responsabilidade que este tem com o ato de educar, que quando não é reconhecido, se transforma em conformismo e descompromisso em alguns casos, desqualificando o fazer pedagógico dos que se sintam desprivilegiados.

Como ressalta a fala desta professora:

O maior desafio que considero enfrentar está no tempo dedicado à profissão, que nos tira do convívio da família e dos amigos muitas vezes. Os baixos salários nos obrigam a trabalhar muito tempo, dentro e fora da escola, pois o estudo e o planejamento do professor fazem com que a carga horária se estenda, indo além das 40 horas de curso que tenho. Isso me causa um desgaste muito grande e se não fosse o amor que sinto em educar, estaria bastante desestimulada (professora C).

Se destacarmos o cenário brasileiro da educação veremos que os professores já têm baixo prestígio quando comparados a outros profissionais. Os baixos salários, que ocasionam em um preenchimento quase desumano de cargas horárias, o excesso de crianças por turma que desgastam a relação aluno-professor, o pouco tempo para qualificação profissional que resulta em cursos de formação a distância com pouco de prática e muito de teoria, enfim, descreve-se em poucas linhas um cenário pouco animador para o ofício de educar, como constata a professora C.

E quando se volta para o micro, para a realidade pesquisada e aqui relatada, os dados persistem imutáveis, ouvindo-se continuamente nos raros momentos de troca que se pode haver entre os colegas, todos afirmarem que precisa-se de mais momentos de troca entre os professores, que semanalmente deveriam ocorrer encontros entre eles sem a presença dos alunos para um bom trabalho pedagógico, onde haja unidade na escola, em sua filosofia e concordância na maneira de ensinar entre os professores, fazendo com que a qualidade tão sonhada e afirmada como necessária de fato ocorra.

O Projeto Político Pedagógico é uma proposta flexível e tem foco na formação da identidade da criança, valorizando e enriquecendo suas vivências e contextos. Considerando esta flexibilidade e o que o que fala o Artigo 7º da DCNEI: a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que a escola cumpra plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, então construir uma formação continuada em serviço que consolide a vivência das propostas nos espaços onde estamos inseridas está sendo pleiteada e arquitetada com os órgãos gestores da nossa rede todo tempo através de nossas reivindicações, embora estas ainda não sejam satisfatoriamente atendidas.

Esta equipe tem lutado fortemente pelo dia de planejamento, pois julga-se que ele é efetivo na hora de pesquisar e montar um planejamento de qualidade para as crianças, visto que nossas jornadas de trabalho são muito longas. Temos reclamado da superlotação das salas e igualmente acredito que esta formação deva ser uma exigência de cada uma de nós dentro das EMEIs por meio da solicitação e participação em eventos de formação oferecidos pelas Instituições de nível superior de Santa Maria e também em eventos educacionais de outras localidades.

Como se pode supor que o projeto político pedagógico da escola é seguido por seus funcionários se esses nem tem tempo para conversar, trocar ideias, tirar dúvidas, compartilhar experiências e saberes, sobre si e sobre os alunos, que passam na maioria dos casos, de cinco a seis anos na mesma instituição, e assim sendo, o professor do nível anterior deveria passar suas impressões ao professor do nível seguinte, para que de fato sejam observados progressos e aprendizagens significativas na turma, geral e individualmente.

...ao falar-nos sobre a lógica que parece imperar hoje nas escolas- o distanciamento, o individualismo, a solidão – nos diz também um desejo que é dela, mas que também é de todo professor e professora da educação infantil, em romper com esta lógica: “Eu acho que a gente devia fazer isso toda semana pra trocar, pra falar o que está fazendo”(MORAIS, 2002, p.94).

Esta fala revela o quanto aprendemos através do outro independente da idade. A modernidade que nos ronda, e que mostra pressa para tudo não pode se aplicar e nem cabe na educação, para aprender não pode haver falta de tempo. Denuncia-se por tanto que faz-se necessário criar alternativas para que os professores tenham tempo para si e para interagir, onde o diálogo supere o breve recado, e que alcance a hoje utópica criação coletiva neste e em muitos outros cenários da esfera pública.

O relato repete-se na resposta da professora B sobre que desafios encontrados para educar, quando diz:

Desafios são muitos, começando pelo descaso geral com a educação e a (des)valorização do professor, passando pela má infraestrutura das escolas de educação infantil, que desrespeitam direitos fundamentais das crianças, até a falta de comprometimento e engajamento da família com a educação das crianças e alienação a cerca das atividades desenvolvidas na escola.

Portanto, demarca-se aqui, que a inclusão social faz-se com respeito. Respeito a si e ao grupo a que pertencço, respeitando a maneira de viver de cada um e encarando com responsabilidade o sujeito que se quer formar, ensaiando novas propostas, novos conceitos e concretizando velhas aspirações, a que Paulo Freire resume tão bem, e que me aproprio aqui, quando digo com as palavras dele que *me movo enquanto educador, porque primeiro me movo enquanto gente (1996, p.94)* e assim sendo assumo a responsabilidade de agente social, gerador de cultura e transmissor dela, e como professora, faço isso com método e intencionalidade, mas que não considera cor, credo

ou status econômico, mas que vê sim sujeitos, plenos de capacidade e de direitos declarados universalmente desde 1959.

Para as professoras da EMEI pesquisada, a infância não existe como categoria estática, como algo sempre igual. A infância é algo que está em permanente construção.

E além disso, lidar com o outro em seus processos para aprender exige alimentação teórica constante, e esta necessidade é que me ligou ao curso de Especialização em Docência na Educação Infantil e a UFSM. Ao procurar desenvolver um trabalho sério e comprometido com a infância e sua educação, nas suas diversas áreas de abrangência, respeitando suas linguagens e culturas. A especialização ressignificou a minha prática não só sobre os aspectos da inclusão social, mas também sobre a relevância do educador infantil e o seu papel nesta sociedade pós-moderna, por vezes apressada e alienada ao que lhe cerca.

Destaco as disciplinas que ampliaram o debate sobre as políticas públicas para a educação, me tornando ainda mais atenta as incoerências que a educação vivência no que diz respeito à transposição da lei na prática de atuação. Vemos uma legislação que atende aos preceitos de qualidade educacional, mas que ainda não é empregada dentro das escolas graças às práticas e jogos políticos, que interpretam a legislação de forma a lhe convir, tornando mais difícil atingirmos os ideais de educação propostos pela LDB e as DCNEIS no que se refere à qualidade na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as respostas dos entrevistados e as informações recolhidas com as observações cotidianas no local, percebeu-se como as professoras desta escola percebem a inclusão social na educação infantil e que atuam de forma a assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com suas famílias, respeitando os princípios éticos, políticos e estéticos sugeridos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010).

Inclusão Social na educação infantil requer observação, afetividade, planejamento, organização e envolvimento, não só do professor, mas de todos os profissionais que atuam na instituição de educação infantil, independente das suas funções, pois o trabalho é coletivo, já que a criança não reconhece padrões hierárquicos funcionais, e assim sendo, o trabalho envolve a faxineira tanto quanto a gestora da escola, onde todos buscam atender primordialmente as necessidades e interesses das crianças.

Nesta escola cada professora é livre para fazer a escolha da maneira como dará visibilidade dos projetos de sua turma, e fica claro que a instituição contempla o Artigo 8º das DCNEI que recomenda: o trabalho na escola deve ter a escuta cotidiana das famílias e também conforme o Artigo 10º que mostra como deve ser o acompanhamento da avaliação das crianças pequenas fazendo uma observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.

Sendo assim, o respeito aos tempos e espaços das crianças, além de constar no planejamento pedagógico dos professores, faz-se necessário em todos os sujeitos envolvidos no trabalho com a educação infantil.

O trabalho também mostrou a necessidade que os educadores possuem de ter encontros de qualidade e de trocas substanciais entre si, para falarem sobre suas práticas, sobre as crianças que atendem e a comunidade em que estão inseridos, fazendo com que assim seu trabalho se estenda as famílias que são se não igualmente, são ainda mais responsáveis pela formação psicossocial das crianças, que como já diz o velho bordão – *as crianças de hoje são o país de amanhã* – e devemos manter claro o que queremos para o nosso amanhã e estes professores acreditam estarem desenvolvendo um planejamento que tem por fundamento a aprendizagem significativa para as crianças e que coloca o foco desta Educação Infantil na realização pessoal destas.

Concluo então, apropriando-me novamente de uma fala que não é minha, mas que muito diz de mim e da visão que tenho sobre a minha prática, e que me foi oportunizada a leitura durante este curso de especialização na Docência da Educação Infantil, utilizando-me de BARBOSA:

Sei que por amor e por força as crianças continuarão a ir para as instituições de educação e cuidados coletivos; que por amor e por forças suas mães e pais continuarão trabalhando; que por amor e por força elas aprenderão muitas coisas interessantes; que por amor e por força estabelecerão novos vínculos sociais; que por amor e por força tornar-se-ão os novos homens e mulheres. E que, por amor e por força, o mundo segue uma nova trajetória, mesmo que desejemos e idealizemos que isso seja feito apenas por amor. (p. 205-206).

Para tal, a sociedade se reflete na escola, e a inclusão social é uma ferramenta de acolhimento, respeito e amor já na educação infantil, e que é lá que formam-se as bases para fortalecer a criticidade, a tolerância, a solidariedade, atendendo as necessidades educacionais de cada criança, sujeito em formação, sendo o educador infantil uma ferramenta indispensável neste processo.

Concluo dizendo que falta muito ainda para promovermos e fazermos parte de uma formação continuada de qualidade, mas temos buscado coletivamente nos processos de construção, consolidação e vivência das propostas dos espaços em que estamos inseridas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Resiliência – A construção de uma nova pedagogia para um escola pública de qualidade**. São Paulo – SP; Ed. Vozes, 2003.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BUJES, Maria Isabel. **Infância e Risco**. Revista Educação e Realidade, v.35, n.3, 2010.

CORSINO, Patricia, (org). **Educação Infantil – Cotidiano e Políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel – A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. 23. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma**

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo – SP; Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a uma prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, mar./abr., 1995.

ISBN 978-85-0206424-9; **Cervo**, Amado Luiz; Bervian, Pedro Alcino; da Silva, Roberto. *Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

MOLON, K.S.; SANTOS, B.S. **O papel do professor para o desenvolvimento afetivo emocional do aluno**. III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS. 2008.

MONTSERRAT, Moreno. **Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna, 1999.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo – SP; Ed. Cortez, 2007.

professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REVISTA EDUCAR PARA CRESCER. TAVARES, Adriana; **A Construção da auto-estima**. Ed. Abril: 12/2008.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia – Escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2012.

SILVA, Edna. MENEZES, Estera. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis, SC. UFSC, 2005.

MEMORIAL

“Pai é aquele que sorri quando o filho aprende – enquanto a mãe chora de alegria.

Mãe dá a palmada e logo depois o beijo. Mãe se vira para trabalhar e assar a carne, sempre achando que o filho é o mais lindo do mundo. Mãe dá banho, abotoa o uniforme, acerta quantas colheres de chocolate se põe no leite. Mãe é o conjunto da obra.”

(Tudo que aprendi com minha mãe – Cristina Ramalho.)

Sou filha de três pessoas, e o pouco que lembro da minha infância, essa é sem dúvida minha memória mais marcante, e que me acompanha, desde lá. Segundo minha mãe, descobri como o mundo funciona ao entrar na escola, já que foi a primeira vez que percebi que em minha casa faltava alguém que era assunto recorrente entre meus colegas, o ser que atendia por pai.

Percebendo que eu não tinha uma figura masculina em minha casa, em pouco tempo vi que minha mãe valia por dois, trabalhava o dia inteiro, todos os dias, para valer por dois, em todos os sentidos, e nunca falhou nesta tarefa. Minha mãe é uma heroína, que enfrentou o seu pai, e toda a sociedade da cidade pequena e provinciana em que vivíamos por mim.

Mas mesmo sendo heroína, era mulher, que precisa de apoio e carinho, e é aí que entra a terceira pessoa nesta história, meu pai, não o biológico, (que me renegou até meus 25 anos, mas isso é outra história), o meu pai de verdade, o homem que abriu seu coração, sua vida e sua família para mim, que também é herói, pois sendo negro e minha mãe branca, enfrentou o preconceito por nós duas, por amor e pelo direito de chamar a criança branca e loira de filha, o que de fato sou, e tenho mais traços dele do que se pode imaginar contando assim, rapidamente. Aliás, enfrentamos preconceito até hoje, eu e meu irmão parecemos chocolate meio a meio, meio branco meio preto, e incontáveis vezes fomos questionados sobre estarmos mentindo nosso laço sanguíneo em clubes, escolas e outros que oferecem descontos para irmãos.

Por que contei isso? Porque quem nasce com um currículo desses não poderia ser qualquer coisa na vida não é? E quem luta mais para vencer preconceitos que o

professor? A docência é a profissão que mais permite contato profundo com a diversidade, e eu sou fruto marcado dela. Embora lá, na aurora de minha vida, não soubesse que iria ser professora.

Mas cresci, vivi sempre em cidades pequenas, sem shopping nem cinema, onde todos se conhecem, todos se cumprimentam, e nada inovador acontece, e então aos 18 anos vi o quão pequeno era aquele lugar para a minha sede de descobertas.

“Basta entrar na estrada e ela vira uma pessoa diferente. Coloca a música que mais gosta, abre a janela do carro e pensa, com um sorriso indisfarçado: ‘Estou deixando pra trás aquela outra’. No porta-malas, uma sacola com roupas que a outra não usa, um livro ou dois e sua câmera fotográfica.” (Martha Medeiros – Doidas e Santas.)

E assim, com esse espírito aventureiro vim embora, fui morar sozinha, aos 18 anos, em Santa Maria da Boca do Monte, uma cidade que já tinha cinema, bares e muitas novidades, e que segundo minha mãe, sempre disse que iria viver. Claro que minha mãe fingiu acreditar que viria unicamente para estudar e escolher uma profissão, mas ela no fundo, também sabia que aqui aprenderia muito mais do que uma carreira, ela também sabia que existem coisas que não se aprende na escola, mesmo sendo indispensáveis para a vida.

Fiz cursinho pré-vestibular um ano, e não passei no temido e extinto ponto de corte da UFSM para direito, meu sonho daquela época, cursar direito e me tornar juíza ou delegada, para assim defender os fracos e oprimidos através da lei, a mãe cega da justiça, onde todos são vistos como iguais independente de seu credo, cor ou renda. Puro sonho mesmo... Sonho este que logo abandonei. Mas aí é que o grande questionamento da vida apareceu, o que quero ser agora que cresci?!

No ano seguinte minha mãe me colocou contra a parede e disse: - “Faça o vestibular de inverno na UNIFRA, quero que comece a faculdade logo!” – E assim me escrevi, porém, neste processo seletivo existia a possibilidade de escolher uma segunda opção de curso e aí é que a ideia floresceu, e foi aí que pensei pela primeira vez em ser professora. Na hora de preencher a inscrição, pensei que gostava de crianças e que sempre tive facilidade com elas, e escolhi como segunda opção Pedagogia Educação Infantil, já que na época existia uma formação específica também para os anos iniciais.

Mesmo tendo passado para direito, minha mãe não tinha como pagar o curso e custear junto minha vida aqui, com os altos investimentos em moradia e alimentação, resolvemos então que eu cursaria Pedagogia, pelo menos até passar para direito na UFSM, coisa que nunca mais tentei desde que iniciei o curso de Pedagogia na UNIFRA.

“Você escolheu uma profissão, o magistério. Agora cumpre traçar metas para a sua vida em relação ao seu futuro nesta carreira. Mesmo que a escolha seja resultado da ‘teoria do acidente’, é preciso definir se você pretende ou não passar a sua vida nesta profissão.” (Hamilton Werneck - Como vencer na vida sendo professor.)

No primeiro semestre já procurei vaga para estágio em uma escola, (escola esta que trabalho hoje), e com quinze dias de curso encontrei uma vaga, o que eu sabia a respeito de educar? Nada. Mas fui, afinal, o dinheiro era pouco, mas necessário para a busca daquelas outras aprendizagens, que só as amigas de faculdade podem oferecer e que toda jovem merece ter.

E com a cara e a coragem enfrentei meu primeiro desafio, uma sala de aula, por 8 horas diárias, com 20 crianças, em média com 4 anos, e com a presença do professor regente por apenas um turno, o que me tornava responsável por eles, todos, no turno da tarde. Não vou mentir dizendo que não fiquei apavorada, entrei em pânico, mas como aprendi em casa, sou uma mulher de fibra, e não iria voltar atrás, e fiquei bem com o

dom da improvisação e com o passar do tempo e ajuda da professora regente fui aprendendo o que e como fazer.

Embora reconheça que naquele tempo cometi atrocidades graças ao meu completo despreparo, reconheço também que foram aprendizagens indispensáveis para a profissional que sou hoje. Com o estágio aprendi exatamente o que não devemos fazer quando assumimos o papel de educadoras.

Eis que um certo dia, quando saio da escola em direção ao ponto de ônibus, me deparei com a situação que iria mudar para sempre as minhas escolhas pessoais e profissionais, antes que eu conseguisse atravessar a rua, um homem passa correndo e logo atrás o carro da Brigada Militar atravessa seu caminho, impedindo a passagem do homem e a minha. O homem foi preso na minha frente e eu, que tinha vindo de um lugar onde estas coisas não aconteciam ao alcance dos meus olhos, continuei parada e quase perdi o ônibus, perplexa com a cena.

Mal sabia eu que aquele homem era pai da criança que marcou a minha vida, mudou minha maneira de ver o mundo e me sensibilizou para a importância do papel do professor na vida de cada criança que conosco convive.

Aquele homem era Salomão, o dono do morro em que eu trabalhava, digo era porque ele já foi morto, o que é comum na “carreira” que ele escolheu. Salomão era pai de R., um menino lindo, alto, inteligentíssimo e talvez, por isso mesmo, me contava toda a rotina de sua casa detalhadamente, quantas gramas e de que eram vendidas por noite, as vezes em que ele escondeu droga em seu travesseiro para que a polícia não apreendesse, o contato com as armas, as conversas que ouvia... Sua rotina ligada ao crime, naturalmente se revelava em todas as suas ações e escolhas, portanto, em todas as brincadeiras ele era mau, era o bandido, e não perdoava os erros dos colegas muito menos o meu, e inclusive me ameaçou, muitas vezes, mesmo com os seus 4 anos, quando lhe negava algo. Ele sabia o poder que seu pai tinha e usava sempre que queria conseguir alguma coisa, nada anormal já que lhe ensinavam a agir desta maneira em casa.

R. me fez perceber o mundo que o cercava e me fez querer fazer algo para mudar aquele cenário. Foi a primeira vez que me senti impotente, me senti amarrada e calada diante do contexto. Naquele ano, chorei muitas vezes.

Mas, ao encontrar R., recentemente em uma festa junina na nossa escola, mais dele que minha na verdade, ele me reconheceu, e me abraçou, e neste dia, 8 anos após eu ter sido professora dele por dois anos consecutivos é que percebi o quanto marquei a vida dele também, pois mesmo jovem e inexperiente, fui capaz de pular o pré – conceito, o medo e ir a fundo na vida daquele menino, oferecendo informações diferenciadas sobre música, arte, filmes, literatura, tudo que o distanciasse o máximo possível de seu contexto, para que ele não fosse mais um Zé, como fala a canção, entregue ao destino, e hoje me sinto orgulhosa por saber que mesmo órfão, com os outros 2 irmãos presos, ele sabe que pode seguir outro caminho, coisa que ele vem fazendo e talvez, ele esteja mudando sim a sua própria sorte.

Ainda como estagiária, mudei para outra escola na mesma região da primeira, a zona norte de Santa Maria, por um remanejamento feito pela gestão municipal da época, que além de pagar R\$ 1,50 pela hora trabalhada ao estagiário, este ainda não raro perdia seu emprego quando se aproximava o fim do ano para que o município pagasse o 13º salário dos professores, mas isso nem assustava já que nenhum estagiário era remunerado no período de férias da escola.

Fui para uma escola bem maior, e por isso com maior visibilidade, e lá participei de uma grande mudança na situação dos estágios que hoje recebem benefícios que são direitos básicos, como menor carga horária de trabalho, transporte pago e remuneração

no período de férias. As estagiárias da época se mobilizaram e organizaram manifestos na câmara municipal de vereadores e reuniões o promotor público de justiça. Participei ativamente de todo processo, desde fazer os telefonemas para avisar o dia, hora e local das manifestações a estagiárias de outras escolas, até a reunião com o promotor. Já me sentia educadora e queria lutar pela minha classe desde sua preparação.

Estagiei os 4 anos de minha formação acadêmica, na mesma região em que atuo até hoje, a zona norte deste município, e no ano em que concluí minha graduação, foram declaradas as novas regras para os estágios que contemplam todos os itens de nossa luta afiada com o legislativo municipal. Me orgulho disto também, mesmo que não tenha usufruído dos benefícios.

Nestes quatro anos muitas crianças que lembravam R. passaram por mim, marginalizadas, negligenciadas, violentadas...percebi que não seria como jurista que mudaria o mundo, mas sim como educadora. Encontrei a minha função, a de ofertar educação de qualidade desde a primeira infância para assim, dar ferramentas para mudar o mundo de muita gente, inclusive o meu. Não queria dar o peixe, queria ensinar a pescar.

Assim que concluí a graduação, já fui nomeada professora municipal, e não por acaso escolhi assumir na minha primeira escola, aquela em que encontrei o R. e como ele, muitos outros passaram pela minha vida, para me lembrar que sou abençoada por ter tido uma mãe que se fez valer, ter um pai para quem devo ter nascido mesmo que não dele e um irmão que nada tem de meio.

Em meu primeiro ano como regente, assumi uma pré-escola, e nesta turma encontrei outro menino que me marcou profundamente e que teria adotado se a mãe dele tivesse me entregado, conheci o AG.

Ele era filho de uma mãe dependente química e como era usuário de drogas desde o ventre da mãe, ele sofria crises de abstinência fortes, mesmo aos 5 anos e os reflexos da vida desestruturada da mãe se revelavam na ausência de higiene, no baixo peso e inclusive na péssima oralidade de AG., de quem aos poucos conquistei a confiança e fui além dos banhos que dei e dos pratos de comida que fiz mesmo quando AG já não era mais meu aluno e vinha todas as manhãs de sua casa até a escola para me ver, e minha diretora sempre permitiu que mesmo não estando mais matriculado, ele seguisse frequentando minhas aulas, usando o banheiro e alimentando-se na escola. Ele só parou de frequentar a escola 2 anos depois de ter concluído a educação infantil no pré.

AG melhorou sua concentração, sua coordenação e aos poucos foi aprimorando suas experiências cognitivas, junto com as sociais, uma vez que deixou de ser mal cheiroso e sujo, os colegas conseguiram se relacionar com ele. Este menino me mostrou o outro lado da moeda, o lado da pobreza extrema, da desilusão extrema... A completa falta de perspectiva da mãe, que se prostituía para sustentar o vício e não os filhos, o que acabou a levando a morte, pelas mãos do marido, pai de AG, o que honestamente, não fez mal as crianças, com quem mantenho contato até hoje, que foram adotadas pela tia deles, que tem uma vida bem diferente da que tinha a irmã, e AG mais seus 3 irmãos vivem bem hoje em Brasília.

“O mundo exige leituras diferentes e argúcias diferentes para ser compreendido. O desprezo de uma das facetas que facilita a compreensão pode comprometer a análise como um todo.” (Hamilton Werneck – Educar é sentir as pessoas.).

Minha trajetória como professora não foi poética, tampouco sou maravilhada com a profissão, que ainda enfrenta dificuldades com os baixos investimentos e o pouco reconhecimento que a vida moderna trouxe para a carreira do magistério. Fazendo uma

analogia aos contos de fada, estou mais para *Fiona* que para *Cinderela* da educação, pois não vejo a carreira de maneira saudosista dos tempos em que os professores eram vistos como mestres, ou de maneira utópica onde parece que todos somos guardiões da sabedoria, e estamos acima de qualquer erro, de qualquer deslize, parecendo seres abnegados que vivem exclusivamente pelo prazer de educar.

Luto é pelo reconhecimento que qualquer carreira merece. Pelo investimento para o acesso as possibilidades de estudos gratuitos que como educadores merecemos ter, e as garantias de uma aposentadoria justa e tranquila que nossos esforços diários nos longos anos em sala de aula, na maioria das vezes com carga horária que extrapola o bom senso fizeram por merecer com um salário digno para desfrutar a velhice. O professor é o agente formador de todas as profissões como fala naquele comercial promovido pelo MEC.

Recentemente vi um comercial que resume perfeitamente minha trajetória para me tornar professora, pois como dizia Paulo Freire, nós não nascemos professores, nos tornamos um, era um comercial sobre adoção em que uma menina pergunta a sua mãe adotiva se ela era mesmo filha dela, e a mãe diz para a menina que quando lhe perguntarem se foi ela (a mãe) que a colocou no mundo a menina respondesse que foi ao contrário, que foi a menina que colocou a mãe no mundo, já que ela não vivia mais triste desde a sua chegada.

Sinto-me assim com a educação, quando me perguntam se foi eu quem escolhi ser professora, posso tranquilamente responder que não, que foram as crianças que por mim passaram, me mostrando que o mundo é bem maior que meu quarto, é que me colocaram neste papel. Ser professora é que me coloca no mundo.

“... E voltou, então, a raposa:

-Adeus... – disse ele...

-Adeus – disse a raposa. – Eis o meu segredo. É muito simples: Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.

-O essencial é invisível aos olhos - repetiu o príncipezinho, para não esquecer.

- Foi o tempo que perdeste com a tua rosa que a fez tão importante.

-Foi o tempo que perdi com a minha rosa... – repetiu ele para não esquecer.

- Os homens esqueceram essa verdade – disse ainda a raposa. – Mas tu não deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela tua rosa.” (O pequeno príncipe; p.72. Antoine de Saint-Exupéry.)

Assim como o príncipezinho, me torno eternamente responsável por aquilo que cativo, e o professor, faz isso sempre, se torna eternamente responsável por proporcionar o melhor para todas as crianças que por ele se sentirem cativadas.

